



08 DE MAIO DE 2013

INSTITUTO PEREIRA PASSOS – A SERVIÇO DO RIO
APRESENTAÇÃO DE EDUARDA LA ROCQUE



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 08 de maio de 2013

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

➤ **Instituto Pereira Passos – A Serviço do Rio** - apresentação de Eduarda La Rocque

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a participação de Vicente Loureiro e Paulo Costa.

O Conselheiro Mauro Osorio abriu a sessão explicando que o Conselho retoma as reuniões normais, e que Eduarda La Rocque comandaria a reunião apresentando as novidades e os trabalhos do IPP na questão metropolitana.

Em seguida, passou a palavra à Presidente do Instituto Pereira Passos, Eduarda La Rocque, que inicia falando sobre as mudanças que o IPP vem passando desde a sua chegada, em agosto de 2012.

Eduarda apresentou a nova estrutura do Instituto, com mudanças nas diretorias; novo formato, nova missão, para que os presentes na reunião possam discutir qual é o papel do Conselho. Ela diz:

Estou trazendo outras pessoas, que não são do Conselho, para reformatá-lo. Faz-se necessário pensar e discutir questões de desenvolvimento sustentável e planejamento de longo prazo, não só para a cidade, mas para a região metropolitana também.

Vicente Loureiro, que fez recentemente um seminário patrocinado pelo Banco Mundial, diz estar muito disposto a investir na área, e pode atualizar o Conselho com relação à consultoria de planejamento da região metropolitana. Sérgio Besserman, Presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana – CADEGOM da Prefeitura do Rio de Janeiro, e Nuno Bittencourt, Diretor Executivo no exercício da Presidência do IBGE, também estiveram presentes na reunião.

Iniciando a apresentação sobre o IPP, Eduarda comentou que desde 2009, na administração do prefeito Eduardo Paes, Felipe Góes assumiu a presidência do IPP acumulando a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Econômico e transformou o IPP em um instituto de desenvolvimento econômico. Funcionando como um grande incubador de projetos, tivemos o *Rio Cidade* e o *Favela-Bairro*. Com o planejamento da candidatura Olímpica, foi criada a *Rio Negócios*, uma agência promotora de investimentos, e a *CDURP*, uma empresa que visa a revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro. Todos estes projetos foram criados dentro do Instituto.

Depois que Ricardo Henriques trouxe o *Programa UPP Social*, esse passou a ser o foco do IPP. Todo seu trabalho passou a ser focado no desenvolvimento social. Com a chegada da Eduarda, o interesse era tentar promover e ajudar a integrar ações, articular e promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades trabalhadas pela UPP Social.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Hoje, a missão do IPP passou a ser de gerir informação e conhecimento sobre a cidade para subsidiar o planejamento de políticas públicas, intervenções urbanas e coordenar projetos estratégicos, de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida do exercício da cidadania e eficácia da gestão pública. Eduarda afirma que acredita no reconhecimento internacional do IPP como uma referência em termos de gestão de conhecimento.

O IPP é composto por três diretorias técnicas, a saber: Diretoria de Informações da Cidade, Diretoria de Desenvolvimento Econômico Estratégico e Diretoria de Projetos Especiais. A Diretoria de Informações da Cidade é coordenada pelo Luiz Roberto Arueira, responsável por toda base cartográfica, geográfica e de georreferenciamento da Cidade. A Diretoria de Desenvolvimento Econômico Estratégico é coordenada por Maína Celidonio de Campos e a Diretoria de Projetos Especiais tem Gustavo Peres Lopes como diretor, que também coordena o programa UPP Social.

O IPP é informação, pesquisa, planejamento e prática. É um órgão de articulação e de gestão de conhecimento. O IPP não tem atividades finalísticas. Sua principal missão é subsidiar as Secretarias da Prefeitura, sendo a Secretaria da Casa Civil, responsável pelo planejamento estratégico, sua principal cliente.

Logo, o IPP realiza a gestão do conhecimento e visa, principalmente, a integração de políticas públicas. Já a UPP Social tem como objetivo casar demanda com oferta. No caso de favelas, o IPP obtém informações oficiais, fator importante para levantar demandas e conhecer os territórios.

“Para mudar uma realidade é preciso conhecê-la”, ressalta Eduarda.

A UPP Social conta com uma equipe de gestão territorial, importante para o conhecimento dos territórios e posterior coleta de demandas, como a coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação, urbanização, por exemplo. Estas demandas são encaminhadas às secretarias finalísticas, que realizam as ações de acordo com as demandas solicitadas através da UPP Social.

O conceito de integração usado anteriormente pela UPP Social era provisão de serviços públicos com cobertura e qualidade compatíveis ao restante da cidade. Sendo caracterizada como uma meta utópica e difícil de atingir, estamos em busca de indicadores de qualidade de vida e de ações que venham a diminuir a dispersão dentro de uma própria favela e entre as favelas.

São 32 UPP's instaladas. Caju e Barreira do Vasco foram as últimas instaladas. A população no Rio de Janeiro é de 6,320 milhões, com aproximadamente 1,400 milhão em favelas. A densidade demográfica em favelas é aproximadamente três vezes a densidade da cidade formal. No caso da Rocinha, são mais de 700 habitantes por hectare. Outra base de informações sofisticada sobre comunidades pacificadas no Rio de Janeiro, produzido pela UPP Social, é o Mapa Rápido Participativo (MRP). O projeto identifica de uma forma rápida e com participação através de questionários com moradores de cada comunidade. Busca ver qual a situação das comunidades, padronizando e estabelecendo critérios objetivos sobre as condições de cada comunidade e entre comunidades.

Existe uma disparidade muito grande dentro de uma mesma favela, entre as favelas, e a gente está tentando medir isso, ressalta Eduarda.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Uma característica da UPP Social é contratar moradores como agentes de campo, pessoas com autonomia no levantamento de demandas. Esse diferencial foi de extrema importância, também, durante o projeto de mapeamento dos logradouros realizado pelo programa. Sendo uma mancha no mapa oficial da cidade, as favelas estão sendo redesenhadas e interligadas às informações. Com o conhecimento dos agentes de campo e moradores do território, foi possível realizar o mapeamento de logradouros em comunidade.

Com isso, as pessoas podem receber cartas, os jovens possuem um endereço para mencionar durante entrevista de emprego e o objetivo é ter um CEP lá na frente. Sabemos que esse será um longo caminho até conseguirmos regularizar na Secretaria Municipal de Urbanismo. Será necessária, também, a aprovação na Câmara dos Vereadores e depois os Correios. Ainda é um processo longo para conseguirmos chegar a um CEP, um endereço formal, mas a gente está avançando, cita a presidente.

Gustavo Peres Lopes faz uso da palavra. Cruzamos a malha do Censo com a cartografia obtida pelo IPP, geramos compatibilização das malhas existentes não oficiais, com a malha oficial fora da favela e levamos então para a favela. Assim, os agentes de campo percorrem os caminhos georreferenciados por nós e corrigem. São moradores contratados para isso. Eles percorrem cada um dos trajetos, observam, seguem os logradouros iniciais e ali adicionam ruas, vielas e becos ou corrigem aqueles que, por ventura, não estejam corretos no mapa que enviamos. A partir disso, passamos para a Secretaria Municipal de Urbanização e aguardamos para que seja decretada Lei e o objetivo maior que é a geração de CEP.

Esse trabalho de logradouros é muito importante na Diretoria de Projetos Especiais. Já a área de informações da cidade, coordenada por Luiz Arueira, executa o trabalho de otimização, a fim de avaliar a questão de implantação de turno único nas escolas. A área de Desenvolvimento Econômico Estratégico, coordenada por Maína Celidônio, realiza estudos sociais, econômicos, demográficos, e, também, a área prática de tentar promover e coordenar esforços de inclusão produtiva.

Podemos apresentar uma estrutura em forma de pirâmide, com o desenvolvimento econômico na base, para promover desenvolvimento econômico e desenvolvimento econômico solidário, e no topo da pirâmide, os negócios que coordenam as ações de maior valor. No espaço entre a base e o topo, está o IPP e a missão de integrar várias secretarias, que também têm como missão o desenvolvimento econômico nas suas áreas de especificidades. São elas: Secretaria de Turismo (SETUR), Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SMTE), Rio Filme, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Basicamente, a missão do IPP, na questão de desenvolvimento econômico, é tentar gerar uma pirâmide mais equânime e promover mobilidade social com ações de integração com todas as secretarias citadas. Mas não podemos falar em desenvolvimento econômico sem falar do desenvolvimento urbanístico e de toda parte de regulamentação com relação ao que pode ser feito ou não nas regiões. Este trabalho é feito pela Secretaria Regional de Urbanismo.

Assim Eduarda La Rocque finalizou sua apresentação sobre o IPP e a UPP Social.

Mauro Osorio, fazendo uso da palavra, disse: Desde o começo das reuniões, os Conselheiros ganharam muito mais com as reuniões do Conselho do que a própria Prefeitura.

De fato, o IPP ganhou muito com esse conselho porque fazemos uma reflexão aqui. A mudança do perfil do conselho foi importante, por trazer reflexão de pessoas das universidades para o IPP de forma rotineira. É necessário refinar o papel do Conselho. Uma questão que sempre é trazida pelo Conselho é a questão da fragmentação das políticas públicas. Um aspecto positivo do Conselho é que ele procura discutir a cidade de forma



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

multidisciplinar, tendo a questão territorial como foco. Isso, na discussão sobre as UPPs ou sobre o restante da cidade. Sempre articulada à questão metropolitana.

A ideia é discutir como podemos integrar esforços. O Conselho aqui no IPP, com objetivos de planejamento da região metropolitana, não faz sentido pensar o planejamento da cidade de uma forma isolada desta região. Qual deve ser a agenda do Conselho para o restante de 2013?

- A partir desse momento, o convidado Vicente Loureiro recebe a palavra e segue com sua argumentação.

Acho fundamental estreitar essas relações, dividindo esforços e conquistas, e definindo o espaço que podemos avançar. Acabo de chegar de uma espécie de Copa das Confederações das regiões metropolitanas, organizada pelo Banco Mundial, que organizou um programa para ajudar as regiões metropolitanas do mundo.

Com uma visão um pouco distinta da que vem atuando nos últimos anos, que é trabalhar com projetos setoriais, buscar investir e contribuir para que as regiões formulem propostas de financiamento com projetos mais integrados ou multissetoriais, posso, resumidamente, trazer algo dessa experiência e entrar no assunto que, do ponto de vista do planejamento, há avanços em todos os continentes.

Praticamente, todas as regiões que participaram de algum modo tem tido sucesso, tem feito esforços exitosos no planejamento, mas no campo da governança ainda é fraco. Independente das diferenças institucionais, o parque federativo de cada país, de cada cidade ou estado, ainda há muita dificuldade de governança.

Quatro temas foram muito presentes em todas as regiões que apresentaram seus planos, metas, desafios, nesses dias de debate: a mobilidade, o desenvolvimento econômico, projetos integrados e a resiliência. As regiões, principalmente próximas aos oceanos, são muito preocupadas com mudanças climáticas e organizam seus programas dentro do seu pacote de planejamento e iniciativas de resiliência.

O que queremos com esse esforço é retomar a missão, pelo menos de planejamento e iniciar uma discussão mais profunda e mais decisiva sobre governança. Isso tudo por conta dos investimentos recentes no Rio e os previstos pelos setores público e privado, que se anunciam expressivos.

A Firjan aponta números otimistas e importantes. O Governo do Estado também monitora e tem vivido um momento considerável de pedidos de licenciamento para instalação de empreendimentos na região metropolitana de diversos setores da economia. Essa é uma das justificativas para estarmos fazendo esse esforço. A segunda é a abrangência institucional diferenciada dos diversos serviços metropolitanos. O que ocorre é a ação setorializada. Isso faz com que tenhamos uma abrangência institucional diferente sobre a região metropolitana.

São territórios que precisamos organizar, ainda na mesma região metropolitana, mas com abrangências distintas. Onde esses serviços têm a presença metropolitana de verdade? Há uma carência expressiva da falta de projetos e de concepção de projetos estruturantes para essa nova região, que se configura do ponto de vista do crescimento econômico e das atuais transformações.

As tentativas de acerto e articulação para governança do saneamento ou das próprias questões ambientais acabam sendo fragmentadas. Por mais que o discurso seja com o tema meio ambiente, de uma visão integrada por força das competências e das atribuições institucionais, a visão acaba sendo fragmentada. Assim, acontece para habitação e outros setores. Outro tema preocupante é a situação deficitária dos padrões de saneamento e a predominância que assistimos nos últimos anos do modo rodoviário sobre os outros modos de transporte, causando ou intensificando problemas de locomoção e mobilidade, a ponto de nos colocar perto de São Paulo, apesar de configurações topográficas e fisiográficas completamente distintas.

Ao longo de um ano e meio, fizemos uma visão de futuro, apenas como rascunho, como tentativa de motivação interna com o desafio de ajudar a formular uma visão de futuro numa metrópole. Como sempre acontece ou



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

aconteceu nos planos metropolitanos mundo afora, acabam sendo alterados pela dinâmica da economia e transformações sociais, mas funcionam durante um período como um grande norteador das ações setoriais e acabam ajudando a construir um caminho que se consolida. Então, o objetivo é: sugerir algumas complementações e alterações, com sensibilidade e mobilidade, centralidade e conectividade, equipamentos metropolitanos, saneamento e urbanização integrada, reestruturação econômica, sustentabilidade e resiliência.

Acredito que, na próxima reunião do Conselho, eu já esteja com texto organizado e aberto a sugestões para enriquecer as ideias e fazer com que possamos sair a campo contratando equipe para realizar consultoria de apoio, de contribuição, principalmente com atores tão díspares, como são os municípios que compõe a região metropolitana.

Vicente Loureiro encerrou sua apresentação e a reunião foi aberta para discussões e considerações.

Sérgio Besserman inicia dizendo que concorda inteiramente com as ideias que Eduarda apresentou, até sobre o papel regional que o Conselho pode ter. Esse Conselho é altamente habilitado a dar embasamento, continua ele. A única questão realmente importante é a Baía de Guanabara. Não é como ambientalista preocupado com os golfinhos que falo, é olhando a marca da cidade, um artigo decisivo para ela no futuro. Se daqui a 20 anos a Baía de Guanabara estiver como está, a marca do Rio não vai valer nada. A Baía de Guanabara tem esse impacto na marca da cidade e é um tema essencialmente metropolitano, não só por causa do COPERJ, mas pela própria região metropolitana.

Sérgio também levantou questões sobre a Floresta da Tijuca, Mendanha e concluiu dizendo que o Arco Metropolitano muda o destino e a funcionalidade da Av. Brasil.

Mauro Osorio comenta que a questão da infraestrutura é absolutamente decisiva. Quando se fala em Baía de Guanabara, está-se falando de infraestrutura. Outra dificuldade é a questão das telecomunicações, de energia elétrica, questão de logística, ou seja, um nó muito pesado na questão da infraestrutura e que deve ser resolvido. Isso é um problema central. Por último, essa preocupação do Sergio com o Mendanha, na verdade não é só o Mendanha, porque o Arco vai passando por várias áreas. Uma característica da região metropolitana do Rio, talvez uma das poucas coisas que hoje se mostra melhor do que São Paulo e Belo Horizonte, é exatamente a quantidade de áreas verdes.

Sérgio Besserman afirma que a Baía de Guanabara, como o Vicente deixou claro, tem problemas de governança. O problema não é centralizar o saneamento, mas acontece que um cuida do saneamento, o outro cuida da poluição industrial, o outro cuida dos rios e ninguém pensa integrado.

Luiz Martins pede a palavra e apresenta alguns argumentos.

Acho que essa não é a questão. A Baía de Guanabara é ruim porque ela é ruim para a cidade do Rio de Janeiro.. A Baía de Guanabara não é um problema da Olimpíada. O erro da Olimpíada é que estão colocando a cidade dentro da Olimpíada e não a Olimpíada dentro da cidade. Desde o início, esse planejamento da Olimpíada está errado. Acho que o Vicente fez um diagnóstico perfeito.

A despoluição da Baía de Guanabara é de 1994 e já se passaram 19 anos. É um projeto integrado de território e mar. Integra toda a centralidade do Rio de Janeiro. Se não resolvermos a questão política, que é que se traduz na governança, vai ficar de novo na prateleira um belo plano financiado como tantos outros. O Banco Mundial



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

financiou, em 1974, a região metropolitana para erradicação de favelas. Já se estimava que os gastos chegassem a US\$1 bilhão, e poderia urbanizar todas as favelas. Já se passaram 30 anos. Nada ou muito pouco aconteceu.

Hoje, nós começamos de novo a retomar o território, estamos discutindo o que se discutia há 30 anos. Enquanto isso, a cidade expandiu desordenadamente. Os planejamentos não são uma coisa abstrata, teórica e técnica, é eminentemente político. Se não enfrentarmos essa questão, mais uma vez nós vamos ficar com um plano belíssimo, feito por brilhantes intelectuais, com brilhantes conhecimentos, e que vão servir para bases acadêmicas e teses de doutorado.

Luiz César interrompe e diz: esperava que essa reunião fosse para resolver um problema que está colocado há muito tempo, que se resume na seguinte pergunta: qual é o nosso papel enquanto integrante desse conselho no IPP, em primeiro lugar, e indiretamente na prefeitura? O IPP pertence à Prefeitura, mas não é a Prefeitura. A Prefeitura é uma estrutura do governo, o IPP eu considero, como o IBGE, um órgão estável. Então tem que ter políticas mais de longo prazo. A questão é saber qual o papel nosso aqui dentro do IPP, nessa relação com a prefeitura. Acho que existe uma confusão, que pode ser minha, mas pode não ser, entre um pressuposto papel de assessoria das políticas públicas da Prefeitura e um papel que tem a ver com o título do Conselho. A gente nunca mergulhou de fato numa reflexão que pudesse iluminar qual o nosso papel, a não ser em momentos ocasionais de funcionamento do IPP, desse Conselho, por exemplo, e algumas situações que resultaram de ações nossas. Temos, como exemplo, o Prêmio Maurício Abreu para teses e dissertações sobre o Rio de Janeiro, que expressou um pouco a ideia original do Conselho. Então, como foi colocado no início, a nossa função é de fazer um papel de mediação entre o IPP e a Prefeitura, com o ambiente do conhecimento e da informação do Rio de Janeiro. Temos representantes da UFRJ, da UERJ, da PUC, do IBGE, da Candido Mendes, e isso tudo tem a ver com uma ideia que nunca foi muito aprofundada. O nosso papel aqui seria como ajudar o IPP na gestão do conhecimento, não para dentro do IPP e da prefeitura, mas para fora.

Sempre discutimos no Conselho a necessidade de articularmos o capital de conhecimento existente no Rio de Janeiro, com a discussão dos temas que tem a ver com as políticas públicas.

Então, quando a Eduarda apresenta aqui seu projeto, acho importante dizer duas coisas: primeiro, cumprimentar por assumir, com sensibilidade, a questão metropolitana. Eu sei que é incômodo para a Prefeitura assumir isso, pois atravessa uma questão política, e você assumiu. Acho que o Rio de Janeiro, como Prefeitura, tem um papel de responsabilidade política e social para pensar a questão metropolitana incontornável, porque tudo que passa pelo Rio de Janeiro é metropolitano. Mas enfim, acho que esse é um ponto importante. Outro ponto que você falou é exatamente essa ideia nuclear que você colocou, de gestão do conhecimento, como sendo o papel mais importante do IPP. Acho que a partir daí, podemos discutir qual é o nosso papel. Vejo o caminho por aí, o caminho que é mais particular para fora, do que particular para dentro. Ou seja, como a gente pode ter um papel aqui que ajude a Prefeitura, a sua gestão no sentido de mobilizar esse conhecimento em favor de alguma ideia que tenhamos aqui de direção do Rio de Janeiro, e agora incorporando a dimensão metropolitana.

Para mim é interessante termos clareza de qual é o papel esperado do IPP para esse Conselho, até para que eu me sinta um pouco mais confortável na função que eu estou aqui exercendo. Que não é uma função de representação, não estou representando aqui ninguém, não fui chamado porque sou representante de alguém. Fui chamado porque tenho um tipo de concepção política. Mas é porque tenho uma inserção profissional que tem a ver com essa dinâmica da construção do conhecimento e informação. E acho que, em alguns momentos, foi importante, mas a gente não seguiu em frente. Por exemplo, quando nós discutimos aqui a necessidade de ter uma base de informação, do Censo 2010, desagregando as informações por favela, para a gente poder ter um olhar um pouco mais sistemático sobre a favela, essa questão só apareceu aqui porque estava o IBGE presente e tinha outras pessoas especializadas nesse tema, e essa ideia surgiu como uma ideia justa, uma ideia necessária. Essa quantidade de favelas que nós temos na cidade, seja demograficamente, seja por unidade de território, torna impensável discutir a cidade sem olhar isso de maneira detalhada. Mas, isso parou. Foi uma questão que surgiu da dinâmica de discussão, mas não foi adiante por várias razões que eu não sei exatamente quais são. Então, não sei se essa confusão é minha.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Eduarda La Rocque pede a palavra e diz que a confusão é sentida por todos. Antes, não tínhamos a missão do IPP bem definida, continua ela. Pelo menos agora a gente tem uma missão do IPP relativamente bem definida, que foi a que eu apresentei aqui. A gente não tinha a situação do IPP bem definida e nem de qual era o objetivo do Conselho da Cidade, como isso ia ser pensado. Essas duas coisas foram, de certa forma, definidas. Abrimos um pouco o fórum hoje. Trouxe Sérgio Besserman para me ajudar também, que já está aqui há muito tempo, para a pensarmos juntos qual a missão desse Conselho e planejarmos nossa ação com uma missão bem definida. Sem me alongar, uma das ideias que surgiram lá no início com essa preocupação, era tentar utilizar as bases poderosas que o IPP tem para incentivar pesquisa sobre o Rio de Janeiro nas universidades. Essas monografias sempre esbarram na dificuldade de obtenção de dados. O IPP tem muitos dados, mas existe uma dificuldade imensa em utilizá-los. Creio que seria a forma de mudar uma política que anteriormente o IPP tinha, que era de contratar consultores para fazer grandes trabalhos e não geravam uma dinâmica de discussão, de reflexão, nem no IPP e nem certamente fora daqui.

Maína Celidônio, convidada para a reunião, interrompe fazendo um pedido para o IBGE. Temos trabalhado no Censo 2010 há um ano e meio. No mês que vem conseguiremos colocar no ar todos os dados que copilamos, por bairro, por UPP, por RA, por RP, de todos os temas, recorte por gênero, por raça... Isso vai estar disponível para todas as pessoas. Vai estar online nas entidades. Conseguimos fazer um termo de comparação com o IPEA. A partir daí teremos uma parceria com eles em estudos, que gera a procura de informação por acadêmicos. Estamos começando esse diálogo com a Academia. O intuito é tornar esses dados públicos. Eu fiz a minha dissertação de mestrado com os dados do IPP, usando muitos dados do Censo 2000. Esses dados, dentro de um mês serão públicos, e isso vai permitir o uso pelos universitários dos estados.

O Presidente em exercício do IBGE, Nuno Bittencourt pede a palavra para resposta: Vou verificar, mas existe uma publicação e várias variáveis que são tratadas nessa área. Para fazer qualquer expansão no Censo é necessário ter mais ou menos quatro mil domicílios. E boa parte da definição das áreas de expansão do Censo, o IBGE define junto com o IPP. Então, se não tiver o recorte das favelas adequado lá, seria um problema nosso, do IPP e do IBGE.

Sinto a mesma confusão que todos sentem com respeito ao papel que possamos ter aqui ou o IBGE possa ter, mas pelo pouco que conheço da quantidade de informação que existe sobre o Rio de Janeiro, o IPP realmente está há anos luz da maior parte dos municípios da região metropolitana. Creio que o IPP tem um papel extremamente importante, que é fazer com que essa produção de informação, o nível mais desagregado para dentro do município, exista para os outros municípios. Ninguém avança sem informação. A maior parte dos municípios do Rio de Janeiro está muito atrasada na produção de informações, sobre mapeamento, localização, identificação do problema. O IPP tem um papel de liderança. O Rio de Janeiro é muito maior do que qualquer outro município da região, então ele tem que assumir uma posição de liderança numa sociedade que agora é democrática. Provavelmente, os países que têm mais capacidade de gestão metropolitana são os autoritários, porque sem democracia é mais fácil fazer todo mundo engolir o que você quer. Mas na democracia existe muita dificuldade, como de organizar o setor público com diferentes interesses, partidos, e isso é sempre uma questão extremamente delicada. A maior parte dos problemas do Rio de Janeiro será resolvida coletivamente. Não há saída. O Rio de Janeiro sozinho não resolve seus problemas de transportes ou outros. Creio que o IPP tem um papel de extrema importância, que é tentar liderar esses outros entes municipais da região. O IPP deve liderar, na questão metropolitana, a produção de informação. E quanto ao dado da favela, eu vou tentar ver o que está acontecendo e porque vocês não estão tendo acesso.

O Diretor de Informações da Cidade, Luiz Roberto Arueira pede a palavra e diz: O Conselho surgiu um tempo atrás. Posso falar porque estou aqui desde o início do IPP, com a visão de um órgão interno da prefeitura que pudesse gerenciar para onde a gente queria apontar nossos conhecimentos e nossas informações. Tinham representantes de vários órgãos da prefeitura que iam orientar o nosso trabalho. Porque a gestão do conhecimento, não é gestão de dados pura e simples, a gente está falando de gestão de conhecimento, é conhecer o dado, conhecer a política, conhecer as metodologias, tudo isso é que faz a gestão do conhecimento.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Então, acho que esse é o caráter que o conselho tem que ter, porque o da política é o Conselho da Cidade que vai tratar.

Sergio Besserman anuncia que gostaria dizer algumas palavras.

Esse conselho pode ter um papel importante de perturbar, no bom sentido, não através de colocações genéricas, mas com produção de dado, fazer boas perguntas, pegar aquilo que está acontecendo. Podemos perturbar, por exemplo, provocando o IPP, ou provocando o próprio estado, ou algum órgão do governo com boas perguntas, que exijam produção de informação de conhecimento.

Jorge Barreto se manifesta e diz que só conhece o IPP, na cidade do Rio de Janeiro, que tenha essa dinâmica de trabalho e que não existe nenhuma coisa parecida com o IPP fora aqui.

Conheci em Volta Redonda coisa parecida, diz ele, mas aqui na região metropolitana, desconheço. Podemos definir o IPP como um IBGE municipal, IPEA municipal. Resolver o problema do Rio de Janeiro significa resolver problemas do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e da nossa cidade. Quando o IPP ataca a questão da UPP Social, é muito importante pra cidade em si. Poderia ser uma política da prefeitura o IPP colocar em ação e tentar diminuir a miséria no Rio de Janeiro. Ao diminuir a miséria no Rio de Janeiro, diminui a miséria do Brasil. Para terminar, esse Conselho traz um debate importante, mas que talvez falem atores. Quando discutimos favela aqui, faltam moradores da favela para trocarem ideias. Não sei se é para trazê-los em algumas de nossas reuniões, mas é preciso uma integração. Temos a academia presente, temos o governo presente e, falta, talvez outro atores para discutirmos melhor essas questões. Fora isso, creio que esse fórum nos ajuda a pensar, em dimensão nacional e internacional.

Silva Ramos é convidada a participar da discussão e inicia sua fala:

Dois comentários rápidos sobre coisas que foram faladas aqui. Primeiro sobre a UPP Social. Fico feliz que tenha ficado no IPP. Vi a apresentação da Eduarda no Banco Mundial, e foi global, completa. Achei muito interessante. Estou fazendo pesquisas nas favelas com traficantes que saíram do tráfico. Eu não ia às favelas desde 2010. Há um impacto nesse momento de transição da UPP Social nas favelas. Creio que precisamos conversar mais em outros momentos. Sobre este Conselho, estamos sempre perguntando qual é a função dele e qual é o nosso papel. E temos que definir mesmo isso. Também sou do Conselho da Cidade, e os problemas estruturais que dificultam a gestão integrada e metropolitana da visão da cidade estão mais acentuados ainda do que em cada secretaria.

Sergio Besserman se desculpa por interromper e declara:

No Conselho da Cidade trata-se do planejamento estratégico da prefeitura. Aqui se discute a cidade.

Silvia Ramos continua:

No Conselho da Cidade não se tem espaço para discutir a cidade. Todas as vezes que Secretários estão aqui participando, temos a oportunidade de discutir opiniões divergentes. A Secretaria é de transporte, então participa o Sergio Magalhães e fala sua opinião, por exemplo. Acho que podemos ter essa função. O que construímos nesse Conselho até hoje? Aqui discutimos temas, com diversos participantes e de forma integrada. No meio acadêmico, só participo de seminários sobre violência, segurança e polícia com pessoas que entendem do mesmo tema. Não existe a integração de outras áreas.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Assim, Silva Ramos finaliza sua participação.

Mauro Osorio interrompe:

Creio que, a partir da gestão da Eduarda La Rocque, houve uma maior integração entre o Conselho e a equipe técnica do IPP. Osorio, ressaltando a importância dos trabalhos realizados pelo Conselho, apontou que o CEPERJ, através do recém lançado Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, publicou dois artigos com base em trabalhos premiados no concurso sobre dissertações e teses organizado pelo IPP, através do Conselho. Um deles sobre a questão do IPTU, mostrando que é um absurdo a quantidade de pessoas na cidade do Rio de Janeiro que não precisa pagar IPTU, e sobre toda a distorção que existe no tema. Acho que já conseguimos trilhar um caminho interessante, discutindo temas e proporcionando debates.

José Marcelo é convidado a argumentar e inicia:

Creio que o IPP, a princípio, já define a natureza do Conselho, sendo como o próprio IPP, mais técnico somando para isso. Da mesma forma, o Conselho da Cidade como ambiente consultivo e órgão decisório, deverá gerar voto para o processo de desenho de decisões de políticas.

Também acho que existem duas coisas possíveis aqui: Uma é a agenda do IPP, que poderia produzir informações diversas agregando vários dados do IBGE, de outras fontes e da prefeitura, a fim de produzir análises diversas em função do projeto específico. O fato é que o Conselho existe, com suas várias interlocuções, e creio que ele cumpre um papel, que é oxigenar o IPP no cumprimento dessa tarefa, procurando interagir além da Prefeitura. Isso poderia gerar uma agenda que é simplesmente de consulta, de mão dupla, seja para o IPP fazer um trabalho novo, ou como já fez com base de dados de favelas.

O conselho poderia fazer uma agenda, assim, construindo pautas para serem discutidas nas reuniões, ligadas ou não ao trabalho do IPP. Outra coisa, o IPP pode gerar, nessa perspectiva do macro planejamento, insumos e aportes para o planejamento da cidade e da metrópole como um todo, sabendo que não será um órgão decisório. Isso será automaticamente assimilado com o Plano Diretor, mas podemos pensar em maneiras de gerar subsídios.

A Prefeitura avançou com plano estratégico no ambiente de monitoramento de gestão em políticas na Casa Civil e no planejamento setorial. Então, existe uma forma mais orgânica, estruturada. Metas para cada secretaria, cada setor, mas existe um déficit claro, no planejamento territorial, até ao nível máximo de colocações estratégicas de cada área.

Deve existir uma agenda potencial para o Conselho, com o objetivo de oxigenar, gerar inputs em agendas diversas e, mutuamente, trazer trabalhos de conselheiros. Estabelecer uma agenda que leve a construção para um produto da metrópole, com recorte definido. Eu acho que essas duas camadas são possíveis para o conselho. Acho que a decisão concreta é o que elas podem ser concomitantes.

Eduarda La Rocque agradece a participação de José Marcelo e convida Cláudia a falar:

Obrigada pelo convite! É sempre um prazer estar aqui, e creio que o nosso papel no planejamento do Estado é mais para ouvir do que para dizer o que vai ser feito. Pelo menos, é a linha de atuação que nós escolhemos. Não fazemos planejamento na Subsecretaria. O planejamento é feito nas secretarias. E, na verdade, o que fazemos é dar o apoio para permitir que as secretarias possam ter espaço para pensar o planejamento. Na questão da



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

transversalidade, é mesmo difícil trabalhar setorialmente com as secretarias e não fazer política pública transversal.

Sem ter a menor pretensão de dizer qual o papel do Conselho no IPP, acho que tudo que foi discutido, trazendo secretários, é um papel importante. E disponibilizar informação é traduzir a informação, porque nem todo gestor tem a capacidade ou tempo de ler um caderno.

É importante vir aqui, vocês irem lá fazer apresentações e perguntas. Nossa equipe tem se valido muito da lei de acesso à informação, onde se fala que as informações que precisam ser dadas para qualquer cidadão é sobre programas, projetos e ações. E essa é a outra escolha que nós fizemos na Subsecretaria de Planejamento do Estado, que foi valorizar o plano plurianual, que é um documento exigido pela Constituição Federal.

Acho que toda discussão que se faz, em momento de elaboração de planos plurianuais, é uma oportunidade de analisar diagnósticos que não são conhecidos. Muitas vezes ele não é colocado para os gestores que estão elaborando o plano plurianual. É isso que faremos no dia 28 de maio próximo. Vamos realizar um evento, onde teremos uma linha que chamamos de diálogo de planejamento, no qual possamos construir questões transversais. Reunimos pessoas para argumentar sobre um tema que nomeamos relevante, e convidamos gestores, que, de alguma maneira, tenham relação com o tema. O papel que a gente fez de juntar essas pessoas para caminharem juntas, é fundamental. Então, esse diálogo de planejamento, excluímos a cidade do Rio de Janeiro, porque está muito a frente de outras cidades carentes, pois não temos recursos infundáveis. Temos que fazer uma escolha de quem atender. A cidade do Rio de Janeiro tem problemas, óbvio, mas não precisa da nossa ajuda tanto quanto as outras cidades.

E na questão metropolitana, para encerrar, acho fundamental o papel da cidade. Nem sempre as pessoas gostam do que eu digo, de que a questão metropolitana sem a cidade do Rio de Janeiro, não existe. Então, posso fazer um ótimo trabalho pensando na região metropolitana, mas se a cidade do Rio de Janeiro não aceitar, não adianta. Então ter esse papel de discussão aqui, é muito importante. Sei que politicamente é complicado, enfim, mas se fosse fácil, não tinha graça. Estamos de portas abertas e à disposição.

Claudia finaliza sua fala e passa a palavra para Pedro:

Agradeço o convite, pois nunca tinha participado desse Conselho. Falou-se muito nessa ausência de dados na região metropolitana e eu acabei de experimentar isso. Creio que acaba sendo quase uma responsabilidade do IPP de ocupar esse espaço. Porque várias dessas preocupações, teoricamente metropolitanas, são de uma importância ainda maior para a cidade do Rio de Janeiro. Não existe melhor ilustração do que a Baía de Guanabara, como mencionada pelo Sergio Besserman. A BVRio realmente é uma instituição jovem, formada há um ano atrás, que tem a missão de criar mecanismos de mercado para acertar o cumprimento de leis ambientais. E por que o uso desses mecanismos de mercado? Muitas vezes, os serviços públicos são insuficientes, porque a questão de lixo é uma delas, no que se refere a Baía de Guanabara. Neste caso, a Baía tem cinco mil fontes de emissão de poluentes, de afluentes poluentes e nada mais óbvio do que colocar um sistema de cotas para as acionáveis e um mercado no meio para captar essas eficiências. Há mais ou menos um ano e meio, iniciamos um estudo de viabilidade para ver se isso funcionaria, e iremos publicar a conclusão de que nesse momento é inviável um sistema de cotas para afluentes na Baía de Guanabara.

Definimos que a prioridade é o saneamento. Mas a razão era para mencionar que esse estudo foi de uma enorme dificuldade, por causa da falta de dados, uma fragmentação de fontes de dados. O estudo todo foi feito em base de dados indiretos, hipóteses de correlações.

O principal problema na Baía de Guanabara é o esgoto e o lixo. Isso levou então a criação de um mecanismo. Estamos desenvolvendo um sistema de créditos de logística pelos 800 mil catadores de lixo que existem no Brasil. Isso aumentará a renda deles e o serviço ambiental que esse pessoal provê que é de imensa valia. Só que não há



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

dados sobre isso. Então, faço mais uma vez um apelo, possivelmente ao IPP, que poderia desenvolver essa informação, como está fazendo todo um mapeamento das ruas das favelas. Então ninguém tem estatística sobre isso, e esse movimento provê um serviço importantíssimo para a maior parte dos municípios do Brasil. Uma terceira questão, que eu tenho apelado para várias universidades, é sobre o impacto de mecanismos de mercado da economia verde em criação de renda e criação de emprego. Também não temos onde conseguir esses dados. Apelo ao IPP ou seus Conselheiros em me apoiarem nisso, porque são dados, a meu ver, muito importantes para mobilizar um terceiro elemento dessa PPP3, pública, privado, ONG, e essa economia nova que está surgindo que precisa de embasamento.

Luiz Cesar pede para levantar dois pontos para finalizar:

Temos que fazer uma distinção entre a ideia de dado e a ideia de informação. Qual a diferença? A diferença está no ato de a gente transformar o dado numa informação que corresponde, na verdade, a uma certa intenção. Podemos ter dados e os mesmos não terem nenhum significado, exatamente porque não conseguimos produzir intenção para ele. Se somos um conselho de informação, uma missão seria: Como ajudar o IPP com relação ao mundo universitário, acadêmico do Rio de Janeiro, e gerar informação? Acho que o Sergio formulou bem. Fazer boas perguntas é o caminho pelo qual transformaremos dados em informação. Acho que uma missão seria exatamente fazer contato mais sistemático do mundo acadêmico, trazendo perguntas formuladas no mundo acadêmico e que muitas vezes não tem como se transformar numa pergunta para o mundo de quem está tomando decisão. Um psicanalista francês disse uma frase linda sobre isso, “a resposta é a infelicidade da pergunta”.

Claudia interrompe para uma rápida sugestão.

Unindo tudo que foi falado aqui. Já falamos da questão política, da questão do gestor, talvez uma coisa que pudéssemos contribuir com o estudo do IPP, na base de dados voltados para a cidade, seria ouvir de cada gestor o que a metrópole revela de problema na sua gestão, para poder buscar a solução.



Encerramento

Agradecendo aos Conselheiros presentes, Mauro Osorio encerrou a reunião. A Secretária Executiva Daniela Goes tomou notas e elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata do próximo encontro do Conselho.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2013



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHEIROS

MAURO OSORIO DA SILVA
PRESIDENTE

EDUARDA LA ROCQUE
IPP

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES
IAB/RJ

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
IPPUR/UFRJ

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
UFRJ

JEAN LEONARDUS CARIS
CASA CIVIL

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
PUC-RIO

JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO
CEPERJ

JAILSON DE SOUZA E SIVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

MARCELO CORTES NÉRI
FGV

LUIZ MARTINS DE MELO
IE/UFRJ

BRUNO JORGE VAZ SASSON
SESEDEC